

CONTRATO Nº. 007/2025**Processo nº: 01.25.914**

Contratação de empresa para prestar, mediante informador jurídico (assinatura digital), o serviço de pesquisa, leitura, processamento, seleção e entrega de publicações relacionadas a processos judiciais, extrajudiciais ou administrativos em que a PBH Ativos S.A. é parte interessada, que celebram a **PBH ATIVOS S.A.** e a Empresa **INFORMADOR FACIL LTDA.**

A PBH ATIVOS S.A., sociedade de economia mista, com sede na Rua Espírito Santo nº 605 - 10º andar - Centro - Belo Horizonte/ MG - CEP: 30.160-919, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor-Presidente Leonardo Maurício Colombini Lima, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas – CPF sob o n.º 065.276.716-87, e por seu Diretor de Negócios Gilberto Silva Ramos, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas – CPF sob o n.º 269.947.806-78, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **INFORMADOR FACIL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº . 05.222.197/0001-27, estabelecida na Rua Felisberta Francisca de Carvalho, nº. 659, Bairro Gloria, Contagem/MG, CEP: 32.340-050, e mail: comercial@informadorfacil.com.br, representada por seu sócio administrador, Renato Vinícius Magalhães Carvalhaes, inscrito no CPF: 851.258.226-04, neste ato denominada **CONTRATADA**, celebram o presente CONTRATO, decorrente da contratação direta, **DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR** nº: 004/2025, processo administrativo nº: 01.25.914, conforme cláusulas e condições a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DEFINIÇÕES

- 1.1.** Os termos abaixo, grafados em caixa alta, quando utilizados no presente contrato, terão os significados abaixo descritos, tanto quando utilizados no singular, quanto no plural:
- I. **CONTRATADA**: pessoa jurídica signatária do presente CONTRATO, na condição de prestadora dos SERVIÇOS;
 - II. **CONTRATANTE**: PBH Ativos S.A. na qualidade de tomadora dos SERVIÇOS e signatária do presente CONTRATO;
 - III. **CONTRATO**: o presente instrumento de contrato, incluindo todos os seus anexos;
 - IV. **DOM**: Diário Oficial do Município de Belo Horizonte;
 - V. **PREPOSTOS**: representantes, sócios, empregados, contratados ou qualquer outra pessoa que atue em nome ou sob ordens da CONTRATADA

na execução do presente CONTRATO, independentemente da natureza do vínculo;

- VI. RILC: Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CONTRATANTE, instituído pela Instrução Normativa nº 005/2024, e disponível no sítio eletrônico da Companhia, cuja observância é obrigatória pelas partes, independente de transcrição;
- VII. SERVIÇOS: designa o conjunto de serviços e demais atividades que integram o objeto do CONTRATO, conforme especificações do presente instrumento, em especial da cláusula segunda e do Anexo I;
- VIII. TERMO DE REFERÊNCIA ou TR: Termo de Referência da contratação direta da Dispensa de Valor nº: 004/2025, correspondente ao processo administrativo nº: 01.25.914 que integra o Anexo I deste CONTRATO, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DOS ANEXOS

2.1. Constitui objeto do presente CONTRATO a contratação de empresa para prestar, mediante informador jurídico (assinatura digital), o serviço de pesquisa, leitura, processamento, seleção e entrega de publicações relacionadas a processos judiciais, extrajudiciais ou administrativos em que a PBH Ativos S.A. é parte interessada, conforme especificações descritas nos anexos deste contrato.

Integram o presente CONTRATO, para todos os fins de direito:

I- Anexo I - Descrição da prestação dos serviços e quantitativo;

II- Anexo II - Proposta da Contratada;

III – Anexo III - TR e anexos independente de sua transcrição.

2.2. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados no *caput* e as deste CONTRATO, prevalecerão as regras contidas no TR e anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

3.1. Este contrato é regido pelas suas disposições, incluindo seus anexos e pelas seguintes normas, Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Instrução Normativa PBH ATIVOS nº 005/2024 que instituiu o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PBH ATIVOS S.A., e ainda, pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, e pelos preceitos de direito privado.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

4.1. O período de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses contados de 28/07/2025, nos termos dos arts. 69, IV, 71, 72 e 81 da Lei Federal nº

13.303/2016, admitida a prorrogação nos limites legais e conforme dispõe o art. 139 e seguintes do RILC.

4.2. A prorrogação a que se refere o subitem anterior será realizada mediante termo aditivo.

4.3. Ocorrendo prorrogação, serão mantidas as condições do CONTRATO inicial e observada a legislação em vigor.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

5.1. Os SERVIÇOS serão executados de forma remota pelo regime de empreitada por preço global, competindo à contratada dimensionar e alocar todos os recursos e insumos necessários para a execução dos serviços, conforme descrito no Anexo I do TR, integrante deste contrato, e o seu recebimento pela CONTRATANTE, será procedido da seguinte forma:

- a. Provisoriamente, pelo fiscal do contrato, quando da respectiva entrega, mediante termo de recebimento provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade e quantidade do mesmo com as especificações constantes do contrato, TR e seus anexos, que integram este contrato e da proposta apresentada pela Contratada;
- b. As eventuais impropriedades constatadas deverão ser registradas em documento próprio, no qual constarão as medidas a serem adotadas pela Contratada e os respectivos prazos;
- c. Uma vez verificado que o objeto contratual está em conformidade com as exigências do contrato, TR e seus anexos, bem como da proposta apresentada pela Contratada, o mesmo será recebido definitivamente pelo gestor do contrato, com a lavratura do termo de recebimento definitivo.

§1º. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia e qualidade dos bens/materiais/produtos entregues e/ou do serviço realizado.

§2º. Na hipótese de rescisão do contrato, caberá ao gestor atestar as parcelas adequadamente concluídas e/ou recebidas, recebendo definitivamente, conforme o caso.

§3º. O recebimento deverá ser realizado dentro do prazo de vigência do contrato, no prazo de até 15(quinze) dias para o recebimento provisório e de até 20 (vinte) dias para o recebimento definitivo, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados no processo de contratação.

§4º. O recebimento definitivo do objeto constitui condição indispensável para o pagamento do preço ajustado.

5.2. O fiscal do contrato deverá rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o contrato, TR, respectivos anexos, devendo o gestor do contrato tomar as medidas cabíveis quanto à aplicação de penalidade à Contratada, subsidiado pelas informações fornecidas pelo fiscal do contrato, nos termos do Decreto Municipal nº 18.324, de 18 de maio de 2023.

5.2.1. Eventuais impropriedades constatadas deverão ser registradas em documento próprio, no qual constarão as medidas a serem adotadas pela CONTRATADA e os respectivos prazos.

5.3. Caso seja constatada a desconformidade do SERVIÇO com as especificações do CONTRATO, a CONTRATADA deverá corrigir a irregularidade dentro do prazo fixado pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus para esta e sem prejuízo das sanções aplicáveis.

5.4. Em caso de irregularidade, o empregado da CONTRATANTE responsável pelo recebimento reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à Gerência Administrativa II da CONTRATANTE para as providências cabíveis na forma da legislação.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia e qualidade dos SERVIÇOS.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR

6.1. Pela execução do objeto do presente contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais), para o período de 12 (doze) meses, conforme proposta da CONTRATADA, Anexo II deste CONTRATO.

6.2. Estão considerados no preço previsto no item 6.1 todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, despesas comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado pela Gerência Financeira da PBH Ativos S/A no prazo de até 20 (vinte) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA.

7.2. A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal conforme legislação vigente, bem como, entregá-la até 01(um) dia após sua emissão.

7.3. A nota fiscal será atestada pelo fiscal do contrato previamente designado pela CONTRATANTE em publicação no DOM (Diário Oficial do Município).

7.4. O atraso na apresentação do faturamento que venha implicar atraso no recolhimento da importância retida para o INSS acarretará no repasse dos acréscimos legais à CONTRATADA.

7.5. O pagamento à Contratada será realizado por meio de depósito bancário ou boleto, nos termos do art. 126A do RILC PBH Ativos.

7.6. A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal/fatura obrigatoriamente discriminando a prestação dos serviços, período de sua execução e número de contrato.

7.7. Nos preços constantes do contrato a ser celebrado deverá estar incluído todas as despesas de impostos, mão de obra e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste TR e do contrato.

7.8. Se a Nota Fiscal apresentar incorreções, será devolvido à Contratada e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data de reapresentação do documento corrigido e certificado pela PBH Ativos.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECURSO FINANCEIRO

8.1. O custo deste contrato ocorrerá por disponibilidade financeira da CONTRATANTE, nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 10.003, de 25 de novembro de 2010.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO DO CONTRATO

9.1. O CONTRATO, será reajustado mediante iniciativa da CONTRATADA, quando ultrapassados 12 (doze) meses de vigência contratual. O marco inicial para os cálculos do reajuste será a data da apresentação da proposta ou da concessão do último reajuste.

9.2. Os preços serão reajustados monetariamente pelo IPCA/IBGE, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da solicitação da CONTRATADA, que deve vir acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que as fundamenta.

9.3. A repactuação de contrato visa a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis

porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual

9.4. A repactuação será precedida de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação de planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que a fundamenta.

9.4.1. A repactuação do contrato deverá ser pleiteada pela Contratada até a data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de ocorrer decadência do exercício do direito.

9.5. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o art. 131 do RILC (Instrução Normativa nº 005/2024).

9.5.1. A PBH Ativos poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

9.5.2. Os reajustes e repactuações poderão ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA deverá cumprir fielmente as disposições previstas neste contrato, TR e respectivos anexos a que estes se vinculam, na legislação vigente, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé, cabendo-lhe, especialmente:

I. Efetuar a prestação dos serviços conforme fixado no Anexo I - Descrição do Serviço deste contrato;

II. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no TR, em cumprimento ao disposto no Inciso IX do artigo 69 da Lei Federal nº 13.303/2016;

III. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a CONTRATANTE, bem como a eventual perda dos pressupostos para a participação de licitação;

IV. Cumprir, dentro dos prazos assinalados, as obrigações contratadas;

V. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do CONTRATO em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados;

VI. Responder pela correção e qualidade dos serviços/bens nos termos da proposta apresentada, observadas as normas éticas e técnicas aplicáveis;

VII. Reparar todos os danos e prejuízos causados diretamente à PBH Ativos ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do fiscal do contrato.

VIII. Alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente;

IX. Pagar, como responsável único, todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do CONTRATO, podendo a CONTRATANTE, a qualquer momento, exigir da CONTRATADA a comprovação de sua regularidade;

X. Não infringir quaisquer direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas, *Know-how* ou *trade-secrets*, durante a execução do contrato, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face da PBH Ativos, por acusação da espécie;

XI. Resguardar, sob as penas da lei, sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos que venham a ter conhecimento em razão do contrato, consoante disposições da LGPD;

XII. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

XIII. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

XIV. Informar imediatamente à Contratante qualquer ocorrência que possa impactar a regular execução do contrato, oportunidade em que deverá ainda indicar as medidas necessárias à reversão da questão e mitigando os seus impactos;

XV. Manter um Canal de Atendimento e este deverá ficar disponível no horário comercial (de 8h às 17h);

XVI. Responsabilizar-se pelos danos causados por seus empregados, em virtude de dolo ou culpa, aos bens da PBH Ativos, ou de terceiros, quando da execução do objeto do contrato;

XVII. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade,

qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

XVIII. Obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pela PBH Ativos para adequada execução do contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais, tenham elas natureza principal ou acessória;

XIX. Designar 1(um) preposto como responsável pelo contrato a ser firmado com a PBH Ativos, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da Contratada, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas no instrumento;

XX. Garantir a observância das disposições do CONTRATO e da legislação vigente pelos PREPOSTOS, obrigando-se a manter a CONTRATANTE indene com relação a eventuais prejuízos causados pelos PREPOSTOS à PBH Ativos S/A ou a terceiros;

XXI. Notificar a CONTRATANTE, previamente, em caso de substituição de PREPOSTOS, resguardando para que a substituição não comprometa a qualidade e a continuidade dos SERVIÇOS, bem como para que os novos PREPOSTOS atendam ao disposto no CONTRATO;

XXII. Substituir os PREPOSTOS, caso eventualmente requerido pela CONTRATANTE de forma motivada;

XXIII. Garantir que os PREPOSTOS, incluindo aqueles que venham a ser substituídos, observem os deveres legais e contratuais de sigilo, inclusive após o fim de vigência do CONTRATO;

XXIV. Enviar à PBH Ativos relação de seus funcionários e colaboradores que atuarão na execução contratual, antes do início desta;

10.2. É de responsabilidade da CONTRATADA a solução de todo e qualquer problema, no âmbito de suas responsabilidades, inclusive quanto aos seus funcionários, ou terceiros a seu serviço, surgidos no decorrer do CONTRATO, mesmo que haja necessidade de uso de solução não prevista, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

10.3. A CONTRATADA deverá atender, durante a vigência contratual, de forma imediata, toda e qualquer solicitação da CONTRATANTE decorrente de reformulação, correção ou adequação do serviço que se fizerem necessárias.

10.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar indicar, formalmente, um de seus funcionários para atuar como Gestor do CONTRATO junto a CONTRATANTE. Este gestor será o responsável por toda relação contratual com a CONTRATANTE, apresentar relatórios e participar de reuniões com a CONTRATANTE.

10.5. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre o serviço ou qualquer informação, operação, documento, comunicação, equipamento ou material da CONTRATANTE da qual venha a ter acesso durante a execução do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 São obrigações da CONTRATANTE:

- I - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada;
- II - Emitir ordens de serviços;
- III - Comunicar à Contratada as ocorrências em relação ao objeto contratado;
- IV - Notificar, por escrito, a Contratada acerca da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa;
- V- Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis quando necessário;
- VI- Emitir termos de recebimento provisório e definitivo nos termos previstos no RILC;
- VII - Pagar pela execução do objeto na forma Contratada, no prazo e condições estabelecidas neste contrato, TR e seus respectivos anexos;
- VIII- Resguardar, sob as penas da lei, sigilo sobre quaisquer dados pessoais, informações, documentos da Contratada, que venham a ter conhecimento em razão do contrato consoante disposições da LGPD.
- IX- Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;
- X - Nomear o gestor e fiscal do contrato;
- XI. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através do fiscal do contrato;
- XII - Garantir o contraditório e ampla defesa no caso de aplicação de penalidades, observados os procedimentos aplicáveis;
- XIII- Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada;
- XIV - Permitir e acompanhar o acesso dos funcionários/prestador de serviço da Contratada às suas dependências, caso necessário para a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA TOTAL OU PARCIAL DO OBJETO

12.1. O presente CONTRATO não poderá ser cedido ou utilizado sob qualquer hipótese como título de circulação comercial, caução, cessão de crédito e/ou documento exequível a ser apresentado contra a CONTRATANTE por Terceiros.

12.2. Fica vedado à CONTRATADA transferir ou ceder, total ou parcialmente a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos neste CONTRATO.

12.3. A CONTRATADA não poderá:

I - Subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo CONTRATANTE, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da CONTRATADA;

II - Associar-se com outrem, realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO SIGILO

13.1. Caso a CONTRATADA venha a ter acesso a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, em decorrência da execução do objeto contratual, deverá manter o sigilo dos mesmos, bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes da CONTRATADA, e respondendo, em caso de descumprimento, na forma da Lei Federal nº 12.527/2011 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CONDUTA E INTEGRIDADE

14.1. A partes, na execução do objeto deste CONTRATO, se obrigam a respeitar, cumprir e fazer cumprir, o Código de Conduta e Integridade da PBH ATIVOS, veiculado por meio da Instrução Normativa nº 007/2023 e disponibilizado no sítio eletrônico da PBHATIVOS <https://pbhativos.com.br/governancacorporativa/politicas/>. comprometendo-se com a ética, a integridade corporativa, e a sustentabilidade nos pilares econômico, social e ambiental, além de:

I - Recusar práticas de concorrência desleal, trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho forçado ou em condições degradantes, assim como toda e qualquer forma de violência física, sexual, moral ou psicológica;

II - Tratar com respeito, cordialidade e em conformidade com os princípios daquele Código de Conduta e Integridade todos os envolvidos na execução do

objeto desta contratação, oferecendo tratamento equânime a todos eles, evitando qualquer privilégio, discriminação e toda forma de corrupção e fraude;
III - oferecer produtos e serviços de qualidade visando à plena satisfação dos seus clientes;

IV - Preservar e tratar com sigilo os dados cadastrais e informações pertinentes a clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros, obtidos em decorrência da execução do objeto desta contratação;

V - Abster-se de indicações a clientes, ainda que por eles solicitadas, de prestadores de serviços ou fornecedores, mantendo uma comunicação de forma estritamente profissional;

VI - Rejeitar presentes, gratificações ou vantagens, ainda que sob a forma de tratamento preferencial de ou para clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros ligados aos negócios ou interesses da CONTRATANTE e;

VII- promover a excelência no atendimento aos clientes, assumindo responsabilidades e priorizando a qualidade, o prazo e a eficiência no tratamento das demandas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

15.1. Nos procedimentos licitatórios realizados pela CONTRATANTE serão observadas as determinações que se seguem, além das disposições insertas nas IN-007/2023-Código de Conduta Ética e Integridade da PBH ATIVOS e IN-008/2022-Política de Integridade e Anticorrupção da PBH ATIVOS.

15.2. A CONTRATADA deverá observar o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução do CONTRATOS Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

I - “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário e/ou empregado público no processo de licitação ou execução do CONTRATO;

II - “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um CONTRATO em detrimento do CONTRATANTE;

III - “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do CONTRATANTE, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o CONTRATANTE dos benefícios da competição livre e aberta;

IV - “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um CONTRATO;

V - “prática obstrutiva” significa destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

15.3. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

16.1. A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

16.2. A contratada compromete-se a garantir a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

16.3. A contratada deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

16.4. A contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

16.4.1. A contratada não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do **cumprimento do objeto deste instrumento contratual**.

16.4.2. A contratada obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da

transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

16.5. A contratada fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses previstas em lei e /ou em normas específicas.

16.5.1. A contratada não será permitida deter cópias ou *backups*, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

16.5.1.1 A contratada deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

16.6. A contratada deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

16.6.1 A notificação não eximirá a contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

16.6.2. A contratada que descumprir nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

16.7. A contratada fica obrigada a manter preposto para comunicação com a Contratante para os assuntos pertinentes à Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores.

16.8. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a contratada e o contratante bem como, entre a contratada e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

16.9. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras.

16.10. A PBH Ativos se obriga a dar ciência prévia aos funcionários, colaboradores e outras pessoas vinculadas à Contratada quando fizer o tratamento de seus dados pessoais para fins de execução contratual, nos termos do art. 6º, inciso I, da Lei Federal nº 13.709/2018.

16.10.1. Para fins do cumprimento da disposição contida no subitem 16.10, a Contratada se obriga enviar à PBH Ativos relação de seus funcionários e colaboradores que atuarão na execução contratual, antes do início desta.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas nas Leis Federais nº 13.303/2016 e nº 10.406/2002, no RILC da PBH ATIVOS e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO PELA CONTRATANTE

18.1. A gestão e fiscalização do CONTRATO pela CONTRATANTE será realizada nos termos do Decreto Municipal nº 18.324, de 18 de maio de 2023.

18.2. A nomeação do gestor e do fiscal do CONTRATO será realizada por ato próprio do Diretor-Presidente da CONTRATANTE.

18.3. A CONTRATADA compromete-se a dar acesso às informações e documentos necessários à efetivação da fiscalização do CONTRATO, bem como a colaborar com a CONTRATANTE.

18.4. A fiscalização por parte da CONTRATANTE não exclui ou reduz a responsabilidade pela observância das disposições contratuais e das normas aplicáveis, bem como pela assunção integral e exclusiva das consequências advindas do seu eventual descumprimento, não podendo ser alegada qualquer espécie de corresponsabilidade ou responsabilidade subsidiária por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. A prática de atos ilícitos sujeita a contratada à aplicação das seguintes sanções administrativas, na forma do Capítulo VIII do RILC PBH Ativos e, no que couber, do Decreto Municipal nº 18.096, de 20 de setembro de 2022:

I. Advertência;

II. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório e/ ou contrato;

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos S.A.

19.2. DA ADVERTÊNCIA

19.2.1. A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal ao licitante/contratado, advertindo-lhe sobre descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando-o de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.

19.2.2. A advertência será aplicada quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

19.2.3. A aplicação de 03(três) sanções de advertência pelo mesmo motivo possibilita a aplicação da sanção de suspensão temporária e de impedimento de licitar e contratar.

19.3. DA MULTA

19.3.1. Caso a Contratada descumpra a legislação ou cláusulas contratuais ou dê causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos no TR e seus anexos e no contrato, ou ainda, der causa à inexecução total o parcial do contrato, sujeitar-se á à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, os seguintes percentuais e diretrizes:

I. A multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaiando o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

II. A multa moratória poderá ser aplicada mesmo nas hipóteses em que ocorrer a aceitação da prorrogação do prazo de entrega.

III. A multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, nos termos do art. 10 do Decreto Municipal nº 18.096, de 20 de setembro de 2022.

IV. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

V. Multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão de cometimento das infrações administrativas previstas no art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096, de 20 de setembro de 2022.

VI. As multas previstas acima serão fixadas considerando as atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.

VII. A multa moratória poderá ser aplicada cumulativamente com as demais multas previstas.

VIII. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos S.A. pelo prazo máximo de 02(dois) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a XII do art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096, de 20 de setembro de 2022.

IX. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e não exime a Contratada do dever de plena execução do objeto contratado.

X. A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.

XI. No que se refere ao procedimento das sanções administrativas, será observado o previsto no Capítulo VIII do RILC PBH Ativos e, subsidiariamente, no que couber e na ausência de disposições expressas em contrário, os preceitos do Decreto Municipal nº 18.093, de 20 de setembro de 2022.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

20.1. O CONTRATO poderá ser extinto:

I. pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;

II. pelo término do seu prazo de vigência;

III. por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CONTRATANTE;

IV. por ato unilateral da parte interessada, mediante aviso por escrito à outra parte com antecedência de, no mínimo, 30(trinta) dias, desde que a medida não acarrete prejuízos para a PBH Ativos e esteja autorizado no contrato ou na legislação em vigor;

V. pela via judicial ou arbitral; e

VI. em razão de rescisão contratual pela ocorrência de qualquer dos motivos elencados no item seguinte.

20.2. Constitui motivo para a rescisão contratual:

I. descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II. atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

III. a subcontratação do objeto contratual a quem não atenda às condições de habilitação e/ou sem prévia autorização da PBH Ativos;

IV. a fusão, cisão, incorporação, ou associação da CONTRATADA com outrem não admitidas no instrumento convocatório e no contrato e sem prévia autorização da PBH Ativos;

V. o desatendimento das determinações regulares do gestor e/ou do fiscal do contrato;

VI. o cometimento reiterado de faltas na sua execução;

VII. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.

VIII. a dissolução da sociedade ou o falecimento da CONTRATADA;

IX. razões de interesse da CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo interno;

X. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do CONTRATO;

XI. o descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

XII. o perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;

XIII. nos casos em que a CONTRATADA for agente econômico envolvido em casos de corrupção, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.3. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados pelo gestor do contrato nos autos do processo administrativo, assegurado para a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

20.4. Os motivos apresentados pelo gestor do contrato e a manifestação da Contratada serão encaminhados para análise da Assessoria Jurídica, a quem compete elaborar o termo de rescisão, emitindo o instrumento adequado ao caso concreto.

20.5. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE motivada por descumprimento contratual da CONTRATADA acarretará as seguintes consequências:

I. execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela CONTRATANTE;

II. retenção dos créditos decorrentes do CONTRATO até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, na hipótese de insuficiência da garantia contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A CONTRATADA deverá manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste contrato, no TR, em cumprimento ao disposto no Inciso IX do artigo 69 da Lei Federal nº 13.303/2016.

21.2 A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste CONTRATO, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 81 da Lei Federal 13.303/2016.

21.3. A tolerância do CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

21.4 A CONTRATADA não poderá caucionar ou utilizar o presente CONTRATO para qualquer operação financeira.

21.5. A CONTRATADA fica ciente de que a CONTRATANTE disponibilizará na internet, para acesso público, cópia do presente instrumento, contendo dados pessoais como nome completo e número de CPF do sócio representante da CONTRATADA, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. A publicação do extrato do presente CONTRATO no “Diário Oficial Municipal” correrá por conta e ônus do CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumento.

E, por assim terem contratado, as partes assinam o presente CONTRATO em duas vias, de igual teor, bem como as testemunhas abaixo.

Belo Horizonte, 25 de julho de 2025

LEONARDO MAURICIO COLOMBINI
LIMA:06527671687

Assinado de forma digital por
LEONARDO MAURICIO
COLOMBINI LIMA:06527671687
Dados: 2025.07.25 12:01:24 -03'00'

Leonardo Maurício Colombini Lima
DIRETOR-PRESIDENTE
PBH ATIVOS S/A

GILBERTO SILVA RAMOS
(26994780678)
AC Certisign RFB G5
Em sexta-feira, 25 de julho de
2025 às 11:12

Gilberto Silva Ramos
DIRETOR DE NEGÓCIOS
PBH ATIVOS S/A



RENATO VINICIUS MAGALHAES
CARVALHAES:85125822604

Assinado de forma digital por
RENATO VINICIUS MAGALHAES
CARVALHAES:85125822604
Dados: 2025.07.25 10:55:30 -03'00'

Renato Vinícius Magalhães Carvalhaes
SÓCIO/ADMINISTRADOR
INFORMADOR FÁCIL LTDA

Testemunhas



Documento assinado digitalmente
MARIO ANTONIO ALVARENGA FROIS
Data: 29/07/2025 11:33:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

2) _____

Nome:

CPF:



Documento assinado digitalmente
MARIA NAZARE FERREIRA DE SOUZA
Data: 29/07/2025 11:49:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1) _____

Nome:

CPF:

ANEXO I**DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

1. O informador jurídico (assinatura digital), deverá prestar o serviço de pesquisa, leitura, processamento, seleção e entrega de publicações relacionadas a processos judiciais, extrajudiciais ou administrativos em que a PBH Ativos S/A é parte ou interessada. O SERVIÇO deverá ser prestado de forma continuada e proporcionar o que se segue:

1.1. Evitar ou pelo menos reduzir ao máximo possível o risco da perda de prazos processuais.

1.1. Acesso, por via de internet, devendo as informações serem encaminhadas para o e-mail de cada usuário cadastrado. Os e-mails serão fornecidos à Contratada quando da formalização do contrato.

1.2. O SERVIÇO deverá incluir a pesquisa completa dos processos judiciais, extrajudiciais, consultivos e administrativos da PBH Ativos S/A, em todos os órgãos, fases e instâncias, bem como a vinculação de processos entre si, em banco de dados único.

1.3. Os recortes eletrônicos das publicações deverão buscar o nome da Companhia ("PBH Ativos S/A"), incluindo suas variações, e o nome de todos os seus procuradores, atuais ou futuros.

1.4. As informações jurídicas, extrajurídicas, administrativas e consultivas deverão ser pesquisadas junto ao Domicílio Judicial Eletrônico (DJE), ao Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN) e a todos os tribunais nacionais, em especial: Supremo Tribunal Federal (STF); Superior Tribunal de Justiça (STJ); Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG); Justiça Federal da 1ª e 6ª Região; Tribunal Superior do Trabalho (TST); Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3); Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF – 1ª Região); Tribunal Regional Federal da Sexta Região (TRF – 6ª Região); Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG); Tribunal de Contas da União (TCU); Câmara Municipal de Belo Horizonte/MG (CMBH) e Diários Oficiais.

1.4.1. Os nomes, termos e processos a serem pesquisados são que tiverem os nomes da própria PBH Ativos e os nomes dos advogados nomeados para representar a PBH Ativos nos processos, atualmente 5 (cinco) pessoas, podendo esse número aumentar. Neste caso, será comunicado à Contratada, com a devida antecedência).

1.5. O informador jurídico deverá registrar todas as ocorrências e dados que incidem em um processo judicial.

1.6. O envio, por e-mail, dos recortes eletrônicos à CONTRATANTE, deverá ser feito em até 24 (vinte e quatro) horas úteis após a publicação, ocorridas nos Diários acima indicados.

1.7. Para todas as referências, deverá ser observado o horário de Brasília/DF como o oficial e os prazos serão computados em dias e horas úteis.

1.8. A entrega das publicações deverá vir com destaque em negrito dos parâmetros de busca na publicação.

1.9. É obrigatória a revisão diária da triagem eletrônica das intimações, bem como a eliminação das publicações repetidas quando do encaminhamento em formato eletrônico (web/e-mail).

1.10. A empresa contratada deverá prestar suporte técnico por meio telefônico e e-mail de segunda a sexta-feira, em horário comercial.

1.11. Todos os custos e despesas decorrentes da prestação do serviço, inclusive as despesas pertinentes ao envio de e-mail, são de responsabilidades da empresa contratada.

1.12. A empresa contratada deverá disponibilizar na própria página da internet, em arquivo eletrônico (digital) organizado, pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, todas as publicações entregues à PBH Ativos S/A, de modo que a Companhia possa ter acesso 24 (vinte e quatro) horas por dia às publicações realizadas.

1.12.1. A empresa contratada deverá disponibilizar senha e login de acesso ilimitado durante a vigência do contrato para cada usuário.

1.12.2. Os arquivos deverão ser apenas para visualização e impressão, não podendo ser alterados e/ou excluídos pela PBH Ativos S/A através de seus usuários.

1.13. Falhas e Retificações: Sempre que apuradas omissão, falha ou atraso, a contratada deverá encaminhar à PBH Ativos S/A, em até 24 (vinte e quatro) horas da disponibilização da publicação um aviso de retificação com a nova relação das intimações, destacando aquelas que forem acrescentadas na retificação.

1.14. A CONTRATADA deverá iniciar os serviços a partir da data de assinatura do contrato.

**ANEXO II
PROPOSTA DA CONTRATADA****Proposta Comercial**

| | |
|-----------------|------------|
| Número | 044 |
| Data | 10/07/2025 |
| Cliente | PBH ATIVOS |
| Nome do Contato | PBH ATIVOS |
| Telefone | |

Sobre o Informador Fácil

Estamos há mais de 20 (vinte) anos no mercado e atendemos a milhares de clientes, com diversos perfis diferentes, desde escritórios de pequeno porte até grandes empresas.

No foco é entender as necessidades de nossos clientes e aproximar nossas soluções, para que estes possam dedicar à advocacia e representação de seus clientes.

Serviços Prestados*

- Leitura de centenas de diários oficiais, incluindo todos os tribunais brasileiros;
- Leitura de sistemas dos tribunais como PJe, eSaj, eProc, dentre outros;
- Captura de distribuição de novas ações

Estrutura oferecida

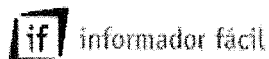
Além dos setores administrativos e comercial, dispomos de departamento técnico próprio, o qual é capaz de desenvolver ferramentas que auxiliam nossa prestação de serviços, bem como criar soluções capazes de aprimorá-los.

Sobre o envio das publicações*

Para maior conforto e produtividade, enviamos as publicações por e-mails, que podem ser agrupados por termos, tribunais, áreas etc. Além disso, atendemos a vários softwares de controle processual, gerando arquivos para importação, ou permitindo que estes busquem suas publicações em nossos servidores.

Rua Felisberta Francisca de Carvalho, 659 - Glória - Contagem/MG - Cep: 32.340-050

comercial@informadorfacil.com.br



Somos uma das poucas empresas totalmente automatizadas, o que faz com que você receba suas intimações o mais breve possível. Conosco, tão logo os diários são processados, os envios são realizados.

Formas de pagamento

Os pagamentos destinados ao Informador Fácil podem ser realizados por boletos ou pix e são processados no primeiro dia útil posterior à sua realização.

Considerações

- Os horários de envio das publicações dependem da liberação dos diários contratados;
- As informações são enviadas somente por e-mail, e o acesso também pode ser feito através do portal do cliente;
- Os acompanhamentos são feitos em todos os diários eletrônicos dos vinte e seis estados brasileiros, mais o Distrito Federal;
- Dispomos de uma listagem com todos os cadernos pesquisados. Solicite-nos o link para acesso.
- No acompanhamento do PJe, as informações são extraídas dos sites dos tribunais contratados, desde que seja informado pelo CONTRATANTE os dados necessários para que a pesquisa seja efetuada (LOGIN/SENHA ou TOKEN). Importante salientar que caso haja indisponibilidade nos sites, a extração das informações ficará comprometida, sendo estas enviadas assim que os referidos sites voltarem a operar.

Valores para cobertura

| Serviço | Cobertura | Acompanhamentos | Periodicidade |
|---------|--------------|-----------------|----------------|
| DJEN | Minas Gerais | 05 termos | Anual – 720,00 |

Prazo de validade desta proposta: 90 (noventa) dias.

Sem mais, colocamo-nos à disposição em caso de dúvidas.

Atenciosamente,

Equipe Informador Fácil (31) 3286-2225 *consulte condições

INFORMADOR FÁCIL LTDA
05.222.197/0001-27
31 32862225
comercial@informadorfacil.com.br

INFORMADOR
FÁCIL
LTDA:0522219
7000127

Assinado de forma
digital por
INFORMADOR FÁCIL
LTDA:05222197000127
Dados: 2025.07.10
17:10:47 -03'00'

Rua Felisberta Francisca de Carvalho, 659 - Glória - Contagem/MG - Cep: 32.340-050

comercial@informadorfacil.com.br

ANEXO III
TR 010/2025-INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO